



Revista Brasileira  
de Tecnologias Sociais



UNIVALI

## AGRICULTURA URBANA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DA FOME E PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE SAUDÁVEL

URBAN AGRICULTURE AS A STRATEGY TO COMBAT HUNGER AND THE DEVELOPMENT OF THE HEALTHY CITY

LA AGRICULTURA URBANA COMO ESTRATEGIA PARA LA LUCHA CONTRA EL HAMBRE Y PARA EL DESARROLLO DE UNA CIUDAD SALUDABLE

*Tailana Fraga Lima*<sup>14</sup>

*Ana Maria Girotti Sperandio*<sup>15</sup>

**RESUMO:** As transformações que moldaram a sociedade moderna deram bases para a formação de uma sociedade de consumo, com a adoção de novos estilos de vida, comportamentos e hábitos alimentares. Nos últimos anos, as condições de vida e saúde da população têm ganhado destaque em âmbito internacional, devido ao aumento da insegurança alimentar no Brasil. Por meio do levantamento bibliográfico e documental com análise de dados secundários e natureza descritiva-qualitativa, a pesquisa investiga, de forma sistêmica, os desafios na alimentação da população brasileira com o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados. O estudo discute a relação da agricultura no espaço urbano como elemento de readequação da alimentação e insegurança alimentar no território. Nesse contexto, foi observado que a agricultura urbana permite reverberações que colaboram, tanto para resolução de problemas de saúde pública, como a fome, quanto para a utilização de espaços urbanos. A ocupação de locais subutilizados e ociosos na cidade para o desenvolvimento de hortas fomenta a promoção de espaços urbanos integrados com transformações em hábitos, comportamentos alimentares e estão alinhadas ao planejamento urbano para uma cidade saudável.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura urbana; planejamento urbano; cidade saudável; promoção da saúde.

**ABSTRACT:** The transformations that shaped modern society laid the foundations for the formation of a consumer society, with the adoption of new lifestyles, behaviors and eating habits. In recent years, the living and health conditions of the population have gained international prominence, due to the increase in food insecurity in Brazil. Through a bibliographical and documental survey with analysis of secondary data and qualitative descriptive nature, the research investigates, in a systemic way, the challenges in the diet of the Brazilian population with the excessive consumption of ultra-processed foods. The study discusses the relationship of agriculture in the urban space as an element of food readjustment and food insecurity in the territory. In this context, it was observed that urban agriculture allows reverberations that collaborate both for the resolution of public health problems, such as hunger, and for

14 Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal da Bahia-UFBA. Mestranda pela Universidade Estadual de Campinas. [tailanaflima@gmail.com](mailto:tailanaflima@gmail.com)

15 Ortoptista, Formada pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) em 1984. Especialista em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1988). Mestre (1995) e Doutora (2001) em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP (2006). [amgspera@gmail.com](mailto:amgspera@gmail.com)

Licença CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.





the use of urban spaces. The occupation of underutilized and idle places in the city for the development of vegetable gardens encourages the promotion of integrated urban spaces with transformations in eating habits and behaviors and is aligned with urban planning for a healthy city.

**KEYWORDS:** urban agriculture; urban planning; healthy city; health promotion.

**RESUMEN:** Las transformaciones que dieron forma a la sociedad moderna sentaron las bases para la formación de una sociedad de consumo, con la adopción de nuevos estilos de vida, comportamientos y hábitos alimentarios. En los últimos años, las condiciones de vida y de salud de la población han ganado destaque internacional, debido al aumento de la inseguridad alimentaria en Brasil. A través de un levantamiento bibliográfico y documental con análisis de datos secundarios y de naturaleza cualitativa descriptiva, la investigación indaga, de manera sistémica, los desafíos en la dieta de la población brasileña con el consumo excesivo de alimentos ultraprocesados. El estudio discute la relación de la agricultura en el espacio urbano como elemento de reajuste alimentario e inseguridad alimentaria en el territorio. En este contexto, se observó que la agricultura urbana permite reverberaciones que colaboran tanto para la resolución de problemas de salud pública, como el hambre, como para el aprovechamiento de los espacios urbanos. La ocupación de lugares subutilizados y ociosos de la ciudad para el desarrollo de huertas incentiva la promoción de espacios urbanos integrados con transformaciones en hábitos y comportamientos alimentarios y está alineada con la planificación urbana para una ciudad saludable.

**PALABRAS CLAVE:** agricultura urbana; planificación urbana; ciudad saludable; promoción de la salud.

## INTRODUÇÃO

As transformações das relações sociais e econômicas oportunizaram mudanças nos hábitos alimentares dos indivíduos em meados do século XX. Processos como inovação tecnológica, expansão do crédito, poder de compra impulsionaram a adoção de novos estilos de vida e comportamentos. As modificações das práticas de consumo e a introdução de novos hábitos alimentares estão alinhadas à dinâmica da sociedade moderna e geram impacto nas condições de vida e saúde da população.

Fatores como o desenvolvimento econômico, novos meios de comunicação e deslocamento, avanço da indústria alimentícia, desenvolvimento tecnológico e a expansão do uso de tecnologias móveis delinearão caminhos que oportunizaram o consumo de produtos ultraprocesados. A incorporação desses produtos à dieta desvela o ônus do modo de vida urbano à saúde, que favorecem escolhas alimentares com baixo índice nutricional, excesso de sódio, gorduras e açúcares, fator associado à ampla disponibilidade, acessibilidade, publicidade e promoção desses produtos (MARTINS, *et al.*, 2013),

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o desequilíbrio na oferta de nutrientes e a ingestão excessiva de calorias em alimentos processados contribuem para a prevalência de fatores de risco à saúde humana (UN-HABITAT; WHO, 2020). No Brasil, por exemplo, conforme os dados do sistema de Vigilância de Fatores de Risco (VIGITEL) para Doenças Crônicas Não

Transmissíveis (DCNT), no ano de 2019, as doenças crônicas mais incidentes foram: hipertensão, sobrepeso e diabetes, e nesse contexto, alimentação nutricionalmente balanceada contribui diretamente para o surgimento dessas doenças e outros agravos à saúde humana (BRASIL, 2021).

Ainda, segundo a Organização Mundial da Saúde (UN-HABITAT; WHO, 2020), o acesso à alimentação saudável é um direito humano básico. Sua promoção envolve aspectos de sensibilização e conscientização de indivíduos sobre os produtos alimentares, bem como a redução de incentivos à produção de produtos prejudiciais à saúde. Uma das estratégias que podem contribuir com a minimização da fome e, conseqüentemente, a sensibilização de diferentes esferas da sociedade, é a agricultura urbana e a implementação de projetos de hortas comunitárias em espaços públicos.

Experiências exitosas de produção de alimentos em espaços urbanos, desenvolvidas na esfera municipal, estadual e pela sociedade civil, trazem consigo um caráter de política transversal e multidimensional, normalmente articulada a outras políticas, por exemplo: Segurança Alimentar e Nutricional, Desenvolvimento Urbano e Economia (LOVO *et al.*, 2011). Para Sperandio *et al.* (2022), a prática representa uma ferramenta que contribui para o fomento de ações e iniciativas no âmbito do desenvolvimento de uma cidade saudável, inclusiva e sustentável.

Diante desse contexto, este artigo foi escrito com o objetivo de identificar e sistematizar os obstáculos para a adoção de uma alimentação saudável e possíveis ações no combate à fome no Brasil com a utilização de espaços ociosos e subutilizados na cidade. Para compor as reflexões apresentadas, foram considerados um conjunto de documentos de caráter bibliográfico e documental, além de dados que contribuem com uma breve caracterização da política alimentar desenvolvida no país e os agravos nas condições de vida da população. O estudo identifica três experiências exitosas desenvolvidas no sudeste brasileiro que fortalece os sistemas alimentares e promovem melhores condições de vida e saúde. Para tanto, o texto foi dividido em mais três seções, além dessa introdução. Na segunda seção, foi feita a discussão relativa ao sistema alimentar brasileiro, em que se procura apresentar obstáculos e carências alimentares e nutrição da população. Na terceira seção, foi realizada uma reflexão sobre as estratégias de promoção da saúde que envolve a agricultura urbana e que podem contribuir com melhorias nas condições de vida da população. E, por fim, na quarta seção, foram apresentadas as considerações finais.

## **SISTEMA ALIMENTAR NO BRASIL: DESAFIOS PARA A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**

O sistema alimentar do mundo globalizado oportuniza inúmeras possibilidades de escolhas e padrões alimentares. Entende-se como sistema alimentar toda a cadeia de produção e processos do alimento, ou seja: produção, processamento, preparação e consumo (MONTEIRO & CANNON, 2010).



Os sistemas alimentares podem ser classificados em quatro categorias, conforme o grau e finalidade de processamento, sendo: alimentos *in natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários processados, alimentos processados e produtos ultraprocessados. Essa classificação evidenciou a nocividade do consumo desses alimentos e seu desequilíbrio na oferta de nutrientes e ingestão excessiva de calorias.

As formas de produção, distribuição, comercialização e consumo desses alimentos afetam de modo desfavorável a vida social e ambiental (FIAN, 2021). São produtos formulados pela indústria de alimentos, que favorecem risco e desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (MARTNS, 2018). As DCNT representam um dos maiores desafios da saúde pública no século XXI, sendo considerado, pela Organização Pan-Americana da Saúde, um dos maiores problemas globais, e representa uma das principais causas de morte no mundo (OPAS, 2020).

Os impactos negativos desses padrões alimentares, na saúde dos indivíduos, relacionam-se ao ganho de peso e prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, como: hipertensão, sobrepeso e *diabetes mellitus* (OPAS, 2020). No Brasil, em 2019, as DCNT foram responsáveis por 54,7% dos óbitos registrados e suas causas relacionam-se aos múltiplos aspectos que permeiam as condições de vida dos sujeitos (BRASIL, 2021).

A exposição e a diversidade desses produtos e a grande atuação de propagandas publicitárias contribuem para o fácil acesso e aumento do consumo (UNICEF, 2019), bem como fatores associados à praticidade de preparo, busca pela sensação de prazer, além da hiperpalatabilidade desses produtos (OLIVERIA, 2020). Segundo projeção da OMS, em 2025, haverá cerca de 700 milhões de indivíduos obesos no mundo, fator em que está relacionado ao perfil alimentar da população. No Brasil, a obesidade teve um aumento superior a 70% entre os anos de 2006 a 2019 (ABESO, 2021).

A produção e o consumo desses alimentos também geram impacto sobre os ecossistemas da cadeia produtiva, considerando aspectos como: emissão de gases de efeito estufa e aumento de resíduos sólidos e embalagens. Segundo o estudo de Da Silva *et al.* (2021) que considerou uma série temporal de cinco Pesquisas de Orçamentos Familiares Brasileiros, realizadas pelo IBGE no período de 1987 a 2018, evidenciou que o consumo e a comercialização de produtos processados, com destaque ao consumo da carne, desencadearam impactos em toda a cadeia de abastecimento, com ameaças ambientais, devido à adoção de sistemas agrícolas intensivos baseados em monoculturas.

As grandes extensões de terras, direcionadas a esse sistema, impactam na perda de biodiversidade, precariedade do solo e contaminação de lençóis freáticos, os quais são oportunizados pelo uso intenso de fertilizantes e agrotóxicos para reduzir prejuízos ao produtor e potencializar a produção (DA SILVA *et al.*, 2021; FIAN, 2021). O desenvolvimento da produção está associado ao máximo de lucro e produção contínua de insumos que, de forma semiótica,

mercantiliza todas as coisas que estão ao seu alcance, ao passo que prejudica o meio ambiente e as relações sociais (LIPOVETSKY & SERROY, 2015).

O consumo de comidas rápidas e ultraprocessadas representa a maior busca do mercado de serviços alimentícios, segundo dados do Instituto *Foodservice* Brasil (IFB, 2019), fomentados pelos processos da midiática publicitária. De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento de aproximadamente 7% no consumo de *fastfood* como hambúrguer e *pizza*, entre o período de 2008 a 2017. Embora, segundo a pesquisa, o consumo do arroz e feijão ainda seja representativo na alimentação dos brasileiros, estes alimentos vêm apresentando uma queda gradativa ao longo desses anos, de 82,7% para 72,9% no arroz, e de 72,1% para 59,7% para o feijão (IBGE, 2020).

Ainda segundo a pesquisa, “as despesas com alimentação representam [...] 14,2% da despesa total e 17,5% das despesas de consumo realizadas pelas famílias brasileiras” (IBGE, 2020, p. 48), contudo, as despesas com a alimentação têm um peso maior no orçamento das famílias com rendimentos mais baixos. O consumo de produtos ultraprocessados é maior entre os adolescentes e representa 26,7% do total de calorias, sendo que os alimentos mais consumidos são, respectivamente, biscoitos doces, bebidas lácteas, sorvete, chocolate e embutidos, entre outros.

As escolhas alimentares estão sujeitas a uma multiplicidade de fatores que, geralmente, é oportunizado pelas estratégias de comunicação mercadológica da indústria de alimentos. Os grandes investimentos em publicidade, segundo Lipovetsky & Serroy (2015, p. 280), “favoreceram o desenvolvimento de um tipo de personalidade destradicionalizada que apresenta dificuldades crescentes para resistir às seduções do mercado e aos desejos impulsivos”.

A participação de produtos processados e ultraprocessados na dieta brasileira ocorre em todos os estratos sociais que, de forma geral, está associado a questões de comodidades, agilidade, praticidade, durabilidade e baixo custo (MARTINS, *et al.*, 2013). Contudo, é importante destacar que fatores, como a diversidade de oferta e o baixo preço dos produtos industrializados em relação a outros sistemas alimentares que são mais saudáveis, são fatores que contribuem para a tendência de consumo em classes sociais mais baixas (CLARO *et al.*, 2016).

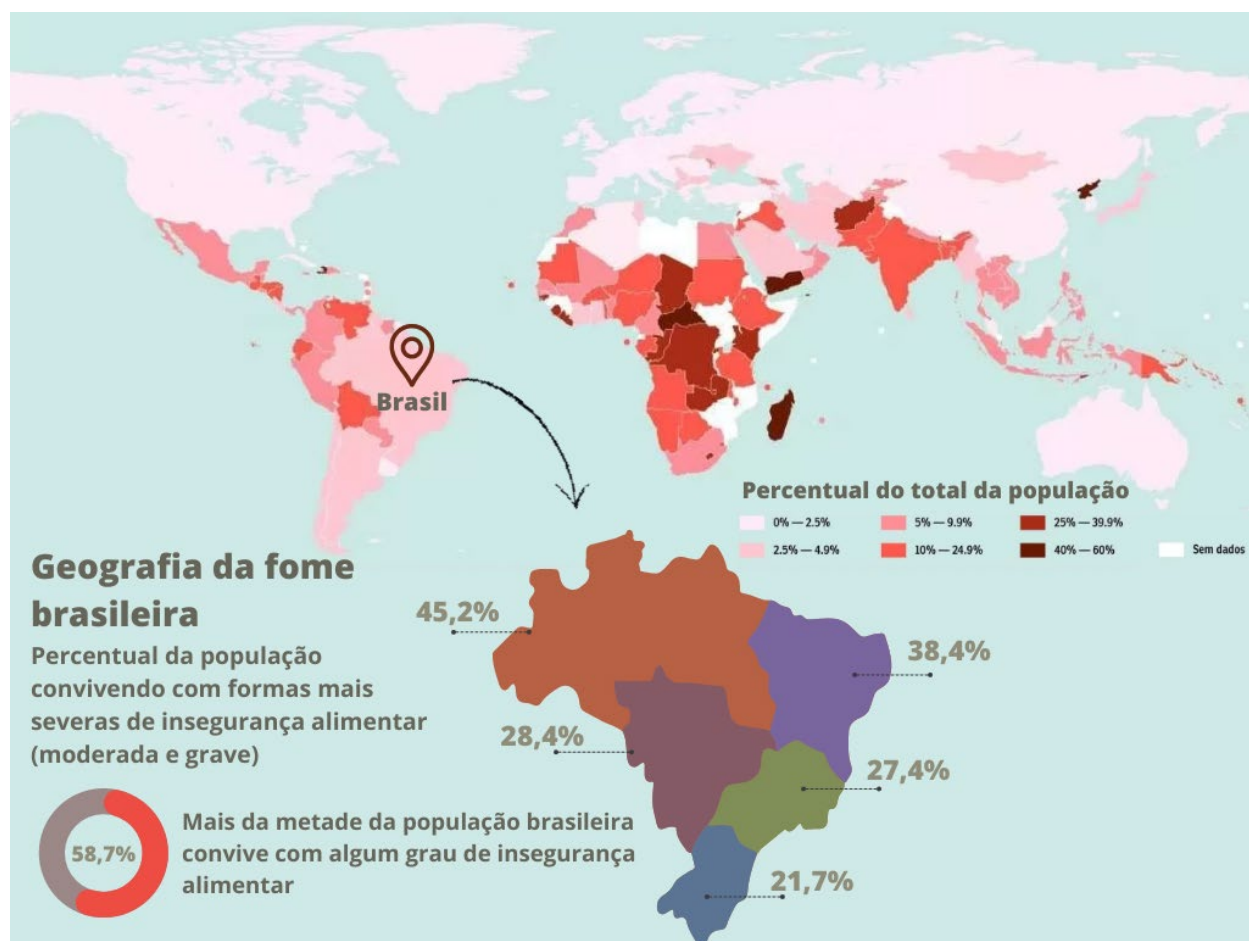
Nesse sentido, cabe destacar que o Brasil, também, ocupa lugar de destaque na questão de insegurança alimentar. O estudo realizado por Neri (2022), com base nos dados do *Gallup World Poll*, aponta que nos últimos anos, 2014 a 2021, houve um incremento de 19% na proporção de pessoas em família que não detinham condições financeiras para alimentação, resultando em 36% no ano de 2021, índice inédito no país, que está relacionado a questões de gênero, renda, escolaridade e faixa etária como determinantes para o aumento da insegurança alimentar.

A falta de acesso regular a uma alimentação adequada possibilitou que o Brasil retornasse ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o último estudo realizado

pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO/ONU, 2022), no Brasil, 61,3 milhões de pessoas sofrem algum grau de insegurança alimentar, ou seja, três em cada dez brasileiros não sabe se realizarão a próxima refeição. A pesquisa, que utilizou dados de 2019 e 2021 da população, indica um aumento da fome no país, tendo em vista que, em comparação ao ano de 2014 e 2016, a insegurança alimentar atingia 37,5 milhões de pessoas, o que representa 23,8 milhões de novos brasileiros nessa situação. Outro dado da pesquisa também aponta que 4,1% da população encontra-se em situação de subalimentação, que representa a situação crônica da falta de alimento (FAO/ONU, 2022).

Em termos geográficos, no território brasileiro, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil (PENSSAN, 2022), aponta que as regiões norte e nordeste apresentam o maior percentual de fome no país, totalizando 83,6% de pessoas que convivem com a insegurança alimentar de forma mais severa, conforme a figura 1.

Figura 1: Mapa da fome mundial e situação geográfica no Brasil



Fonte: Autoria própria, 2023. Adaptação com base nos dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO/ONU, 2022) e no II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (PENSSAN, 2022).

Os dados apontam que a acessibilidade a uma alimentação básica e saudável requer o desenho de políticas sociais, educacionais e econômicas direcionadas tanto à população quanto a produtores, mercados e comércio de alimentos em todas as regiões geográficas do país (PENSSAN, 2022).

O consumo de alimentos processados e a evolução de tecnologias da informação e comunicação possibilitaram caminhos para a expansão do ambiente alimentar digital. Os novos modelos de consumo, reforçados pela publicidade, engendram as disparidades socioeconômicas gestadas no berço das relações (SANTOS, 2018).

A cidade, enquanto produto das interações sociais, econômicas, políticas e culturais, reflete a atuação de atores hegemônicos que tendem a intensificar as desigualdades e ambientalizá-las no espaço urbano. Nesse contexto, a saúde humana é diretamente impactada, seja por novos hábitos alimentares ou por mecanismos que conduzem e possibilitam as suas práticas e permanências. No círculo vicioso instaurado nesse processo, as classes desabastadas são duplamente desfavorecidas, pois eles não têm acesso a uma alimentação equilibrada ou sofrem com a insegurança alimentar. O indivíduo que não usufrui de condições básicas para sua subsistência, seja na condição alimentar ou do trabalho, não é contemplado com estratégias, nas quais a melhoria da qualidade de vida e saúde se insere.

## **AGRICULTURA URBANA: ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E COMBATE À FOME**

Na disputa desigual pelo espaço, a questão da fome perpassa por uma série de políticas públicas para a redução de vulnerabilidades, fragilidades e riscos de diferentes naturezas. A discussão acerca de ações e medidas para a erradicação da fome possibilitou avanços e melhorias à população brasileira, desenvolvidas em diferentes escalas políticas e administrativas do país. Segundo Maxwell (1995), a prática de plantio e cultivo em áreas urbanas, fomentadas com ou sem apoio governamental, remete a década de 1980, como forma de enfrentamento à crise econômica, que afetava territórios como a América Latina, África e Ásia.

Naquele período, a Carta de Ottawa sinalizava que as condições de saúde da população requerem medidas que vão além do setor saúde, demandando ações por parte do governo e de setores sociais e econômicos (WHO, 1986). Nesse sentido, promover a saúde significa fomentar ações em diferentes escalas políticas administrativas no território, dando autonomia a indivíduos e coletividades para que, de forma dialógica e colaborativa, possam concretizar ações de promoção da saúde (SPERANDIO *et al.*, 2022).

Destaca-se, dessa forma, incentivos que visam de forma capilarizada a melhorias nas condições de vida da população, que englobem, tanto repasse de transferência de renda a famílias carentes, quanto investimentos nas áreas de saúde, educação, transporte, uso do solo,

por exemplo. A Organização Mundial da Saúde sinaliza a importância do planejamento urbano na promoção da saúde e do bem-estar dos indivíduos na cidade (UN-HABITAT; WHO, 2020), que pode utilizar soluções rápidas que priorizam a preservação do ambiente natural e a construção de novos hábitos e comportamentos na sociedade (BIAZOTI, 2020; SPERANDIO *et al.*, 2021).

Nesse sentido, a promoção da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) representa uma estratégia que pode contribuir para reverter o cenário da fome no país. A prática da AUP consiste em promover produtos agrícolas e pecuária que podem ser utilizados para consumo próprio, trocas ou comércio. Afirmam Curan e Marques (2021) que a prática promove melhorias nas dimensões socioculturais, econômica e ambiental, que pode ser fomentada por meio do desenvolvimento de políticas públicas.

Segundo os autores, a atividade multifuncional de produção, além de ser uma opção de aproveitamento para locais ociosos nas cidades, também pode ser utilizada para promoção de gestão social, urbana e ambiental, conforme mostra a figura 2. No caso da fome, a estratégia fornece subsídios para produção e abastecimento de alimentos frescos e saudáveis, além da mudança de hábitos alimentares.

Figura 2: Dimensões da agricultura urbana e hortas comunitárias



Fonte: Os autores, 2023, com base nos dados de Sperandio *et al.*, 2021



Para Biazoti (2020, p. 212) “as hortas se colocam no espaço público como locais de resistência frente ao poder urbano, evocando alternativas que contrapõem discursos hegemônicos de cidade, construídas por grupo que detêm o poder”. Ainda segundo o autor, reivindicar a cidade desejada a partir de práticas no território que envolvem a gestão de recursos existentes, como vazios urbanos e ecossistemas naturais, com vistas à garantia da segurança alimentar e nutricional, perpassa pelo planejamento e a discussão sobre a gestão dos recursos urbanos.

Para além da comercialização de produtos, a agricultura urbana vem, aos poucos, se consolidando enquanto estratégia para o enfrentamento de questões de saúde pública (BIAZOTI, 2020; COSTA & SAKURAI, 2021). A prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, implementou, no ano de 2006, o projeto “Hortas Cariocas” desenvolvido em escolas e ambiente público para enfrentar as dificuldades no acesso à alimentação e fonte de renda para famílias carentes (RIO DE JANEIRO, 2006).

Outro exemplo pode ser encontrado no estudo desenvolvido por Sperandio *et al.* (2021, 2022) que demonstra como o canteiro de hortas medicinais implementado no município de Santa Barbara d’Oeste, interior do estado de São Paulo, trouxe benefícios para o ambiente escolar, com a sensibilização para questões que visem à educação alimentar. As autoras apontam que o local favorece a construção de diálogos e articulações sociais como forma de autoexpressão na sociedade, dando autonomia a um grupo que enseja transformações territoriais e relações sociopolíticas.

Em outro estudo, a autora aponta o trabalho desenvolvido no município de Conchal (SP) com a implementação de uma horta comunitária, regularizada há dez anos, com o intuito de proporcionar melhores condições de alimentação e renda financeira para famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme a figura 3. Em ambos os casos, é possível observar uma perspectiva pedagógica como ferramenta para transformação social e a formação de redes sociais para organização e articulação de desejos e necessidades.

Desse encontro, da alimentação com a AUP e hortas urbanas, emerge uma ótica favorável ao desenvolvimento sustentável e alcance de objetivos em âmbito local e global. No que diz respeito à esfera local, o governo pode atuar como agente colaborador e promotor dessas estratégias, com a identificação de territórios ociosos e incentivos financeiros com foco na diversificação e no aumento de cadeias de abastecimento mais curtas. Em contrapartida, no âmbito global pode fomentar a aplicação de impostos em alimentos ultraprocessados e rotulagem nutricional, além do estímulo à elaboração de novos marcos normativos e legais (ONU, 2023).

Figura 3: Horta urbana no município de Conchal/SP



Fonte: Autoria própria, 2023.

O desenvolvimento de políticas públicas, elaboradas e focadas em ambientes alimentares, perpassa a uma formação interdisciplinar entre áreas e campos de conhecimento. A capilaridade está associada ao movimento de redes e intrarredes que tendem a facilitar as necessidades e prerrogativas das comunidades envolvidas (COSTA & SAKURA, 2021, DABO *et al.*, 2022 e SPERANDIO *et al.*, 2022).

Nesse mesmo sentido, Sperandio *et al.* (2021) sinalizam que o desenvolvimento da AUP e hortas urbanas, em ambiente comunitário, atua como elemento fundamental de promoção da saúde e de ambientes saudáveis, produtivos e resilientes. Os autores destacam que uma política alimentar desenvolvida de forma integrada, interdisciplinar e interinstitucional, capilarizada a outras políticas, pode fomentar transformações no modo de perceber e viver na cidade, o que se aproxima das premissas do desenvolvimento de um ambiente urbano saudável.

A cidade saudável, segundo OMS (UN-HABITAT; WHO, 2020) envolve saúde, bem-estar, equidade e desenvolvimento sustentável no centro das políticas locais. A saúde, em sua perspectiva mais ampla e plurissetorial, aliada ao modo de vida urbano, pode proporcionar

reprodução da vida social e garantia constitucional ao cumprimento de direitos fundamentais de cunho individual e coletivo (CAPOLONGO *et al.*, 2020; DE LEEUW *et al.*, 2021).

O objetivo da cidade saudável é promover a saúde por meio de ações e estratégias que oportunizem autonomia aos indivíduos e governos locais com novas abordagens para questões da saúde pública, envolvendo a criação de ambientes de apoio que contribuem com as condições de vida e saúde e, conseqüentemente, para melhoria da nutrição e segurança alimentar.

Promover, na cidade, o fomento dessas estratégias representa uma forma de promoção da saúde, em que governança, engajamento cívico, implantação e implementação de políticas multissetoriais e a administração dos recursos urbanos e produtivos são exemplos de características intrínsecas, que podem colaborar para minimizar os riscos à saúde, conforme representação da figura 4.

Figura 4: Características que colaboram com a promoção da saúde e o desenvolvimento de uma cidade saudável



Fonte: Autoria própria, 2023, com base nos dados de Sperandio *et al.*, 2021.

A promoção da saúde, dada de forma capilarizada e transversal a diferentes requisitos que influenciam na saúde, torna-se benéfica ao indivíduo e o meio em que está inserido, sendo consonante a premissas da Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2018), instituída no país desde 2014. As práticas representam laboratórios vivos e são produzidas coletivamente



com animosidades próprias, que perpassam por aspectos da economia local, da ecologia e da sustentabilidade.

Cabe destacar que essas práticas urbanas também integram a categoria de Soluções Baseadas (SbN) e contribuem para o desenvolvimento de territórios que vão à contramão do desenvolvimento excludente (COSTA & SAKURAI, 2021). A agricultura urbana e hortas urbanas representam tecnologias leves que colaboram com a promoção de segurança alimentar e combate à fome, além de ações que contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas e engajamento político dos envolvidos (BIAZOTTI, 2020; SPERANDIO *et al.*, 2022).

Embora se reconheçam impactos positivos advindos da agricultura urbana, Biazotti (2020) destaca que a insegurança sobre a permanência da atividade no território está relacionada à falta de autorizações legais e ao apoio governamental, estando sujeita a reivindicações para além da defesa do espaço público. No Brasil, a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, Projeto de Lei do Senado n. 353, ainda não foi instituída. Em tramitação no Senado desde 2017, o corpo da lei busca regulamentar o uso de imóveis urbanos ociosos para a produção de alimentos saudáveis e a geração de emprego e renda (SENADO, 2023). Se aprovada, trará benefícios sociais, ambientais e econômicos, principalmente, a famílias carentes, que poderão se apropriar de espaços urbanos, a partir de uma prática social do uso do território com maior segurança institucional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade, a cultura, a economia, e, sobretudo, saúde e bem-estar humano são diretamente impactados pelas escolhas e comportamentos da sociedade moderna. O consumo de produtos ultraprocessados possui especificidades que são prejudiciais à saúde e que favorecem a incidência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

Esses novos hábitos e desenhos das relações de trabalho podem refletir em impactos na saúde em todas as esferas da vida, visto que as condições em que as pessoas vivem e trabalham influenciam na qualidade de vida do indivíduo. A promoção e difusão desses alimentos são amparadas pelas lacunas regulatórias e inexistência de políticas públicas que podem alterar o curso do consumo desse alimento, que subsidia a dinâmica da sociedade moderna.

As redes de interações que compõem as relações de consumo deveriam envolver princípios de alteridade e empatia nas estruturas e valores que moldam o comportamento de indivíduos e grupos sociais. O consumo e a manutenção de hábitos e padrões atuam de forma predatória em várias esferas da vida urbana e ambiental, e não há como sustentá-los, tendo como base os valores e ideais que permeiam a sociedade moderna.

Contudo, esse consumo pode ser freado se abordássemos questões como: restrições de publicidade, oferta em ambientes públicos, privados e escolares, aumento da tributação e

fomento de estratégias de *marketing* que promovam alimentos *in natura*. No âmbito da gestão pública, a proximidade da agroecologia na agenda política de maneira multissetorial pode reverberar novos modos de organizações políticas, sociais e econômicas, redução de impactos associados à produção e comercialização de alimentos, bem como melhorias de níveis de saúde da população.

A utilização de locais subutilizados e ociosos na cidade, direcionados a práticas sociais para famílias carentes para assegurar alimentação saudável e renda, representa uma estratégia de uma política multissetorial para o atendimento de premissas objetivas e subjetivas favoráveis à saúde. As interrelações e sinergias da agricultura urbana asseguram a função social da propriedade, favorecem o desenvolvimento de cidades saudáveis e exploram maneiras para o enfrentamento de questões de saúde pública nas configurações urbanas.

Desse modo, direcionar o olhar para o ambiente urbano e utilizá-lo enquanto ferramenta para a implementação de um sistema social pode fomentar novas maneiras de atuação do poder público e experienciar novas relações do indivíduo com o meio. O desenvolvimento da agricultura urbana, em âmbito comunitário, abarca características e funções influenciando em diferentes campos relacionados à qualidade de vida. A atividade pedagógica, por meio da sensibilização de indivíduos e coletividades, vai além de questões nutricionais e alimentares, consegue gerar benefícios múltiplos à sociedade.

É importante reconhecer e aprofundar os debates em relação aos efeitos de intervenções no espaço urbano, no que se refere às mudanças no sistema alimentar e desenvolvimento de uma cidade com foco no saudável. As experiências apontadas neste estudo evidenciam respeito a culturas, capacidades produtivas que amplificam as questões do direito a cidade e trazem alternativas para o enfrentamento da fome no país, principalmente, em situação de pós-emergência de saúde pública.

## REFERÊNCIAS

ABESO. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso). **Mapa da Obesidade**. Disponível em: <https://abeso.org.br/obesidade-e-sindrome-metabolica/mapa-da-obesidade/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BLAZOTI, André Ruoppolo. **Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.91.2020.tde-09032020-170856>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

CAPOLONGO, Stefano *et al.* Public health aspects' assessment tool for urban projects, according to the urban health approach. **Research for Development**, p. 325-335, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-33256-3>.



CLARO, Rafael Moreira *et al.* Preço dos alimentos no Brasil: prefira preparações culinárias a alimentos ultraprocessados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, 2016.

DA COSTA, Babette Martins; SAKURAI, Tatiana. A participação comunitária em projetos de soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo: estudo das hortas urbanas, horta da Dona Sebastiana, agrofavela-refazenda e horta popular criando esperança. **Revista Labverde**, v. 11, n. 1, p. 171-195, 2021.

DA SILVA, Jacqueline Tereza *et al.* Greenhouse gas emissions, water footprint, and ecological footprint of food purchases according to their degree of processing in Brazilian metropolitan areas: a time-series study from 1987 to 2018. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 11, p. e775-e785, 2021.

DABO, Aladje *et al.* Hortas urbanas comunitárias de Cascais: mapeamento dos usos e motivações. **Guaju**, v. 8, 2022.

DE LEEUW, Evelyne *et al.* A health political science for health promotion. **Global Health Promotion**, v. 28, n. 4, p. 17-25, 2021.

FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF. **Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional – América Latina y el Caribe 2022**: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, Santiago de Chile, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4060/cc3859es>.

FIAN Brasil. Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. **Alimentação e nutrição adequadas no PNAE**: mais alimentos frescos, menos ultraprocessados. Brasília: FIAN Brasil, 2021. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Cartilha-Alimentacao-e-Nutricao-Adequadas-no-Pnae.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017 – 2018**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2022.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOVO, Ivana Cristina; NUÑEZ, Tarson. **Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Brasil, 2011. Disponível em: [https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/Produto\\_04\\_FAO-MDS\\_consolidado.pdf](https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/Produto_04_FAO-MDS_consolidado.pdf). Acesso em: 2 dez. 2022.

MARTINS, Ana Paula Bortoletto *et al.* Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). **Revista de Saúde Pública**, v. 47, p. 656-665, 2013.

MARTINS, Paula de Fátima Almeida. Alimentos ultraprocessados: uma questão de saúde

pública. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v. 29, n. 1, p. 14-17, 2018.

MAXWELL, Daniel G. Alternative food security strategy: A household analysis of urban agriculture in Kampala. **World Development**, v. 23, n. 10, p. 1669-1681, 1995.

MONTEIRO, Carlos Augusto *et al.* A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. **Cadernos de saúde pública**, v. 26, p. 2039-2049, 2010.

NERI, Marcelo. **Insegurança alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais**. Rio de Janeiro: Editora FGV Social, 2022. Disponível em: [https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil\\_Marcelo-Neri\\_FGV-Social.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf). Acesso em: 3 jan. 2023.

OLIVEIRA, Kaynã de. **Aumenta preocupação com consumo de alimentos ultraprocessados durante pandemia**. São Paulo: Jornal da USP, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/aumenta-preocupacao-com-consumo-de-alimentos-ultraprocessados-durante-pandemia/>. Acesso em: 3 fev. 2023.

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. Suplemento I – Insegurança Alimentar nos Estados. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil [livro eletrônico]. São Paulo: PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos**; tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SENADO. Atividade Legislativa. **Projeto de Lei do Senado n. 353 de 2017**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130955>. Acesso em: 10 jan. 2023

SPERANDIO, Ana Maria Girotti *et al.* Cidades pequenas e agricultura urbana no contexto da pandemia covid-19. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 20, 2022.

SPERANDIO, A. M. G.; LIMA, T. F. Construção do espaço saudável reverberações micro e macro: experiência do Viveiro Municipal de Hortas Medicinais e Alimentícias em Santa Bárbara d'Oeste [SP]. **Labor e Engenho**, v. 15, p. e021019–e021019, 17 dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/labore.v15i00.8666672>. UNICEF. Children, food and nutrition: growing well in a changing world. **The State of the World's Children**, v. 2019, 2019.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. World Health Assembly, 39. **Evaluation of the strategy for health for all by the year 2000: seventh report on the world health situation**. 1986. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/161997>. Acesso em: 12 jan. 2023.

UN-HABITAT; WHO. **Integrating health in urban and territorial planning: A sourcebook**. 108p. Geneva: UN-HABITAT and World Health Organization, 2020. Disponível em: [https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/05/1-final\\_highres\\_20002\\_integrating\\_health\\_in\\_urban\\_and\\_territorial\\_planning\\_a\\_sourcebook.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/05/1-final_highres_20002_integrating_health_in_urban_and_territorial_planning_a_sourcebook.pdf). Acesso em: 12 jan. 2023.